

João Pessoa, PB, 10 a 16 de setembro de 2012 - nº 37 - Ano XV

Por que o Governo não dialoga?

Com o envio de matérias complexas de interesse de todo o povo paraibano à Assembleia Legislativa com pedido de tramitação em urgência, o Governo demonstra, mais uma vez, que não tem interesse em dialogar com a sociedade. As matérias enviadas recentemente que tratam da Previdência dos servidores e do Processo Administrativo Tributário são as mais recentes tentativas do Governador de impor sua vontade ditatorial de conduzir a Paraíba, negando a necessidade de discussão de matérias que irão modificar o dia-a-dia de milhares de pessoas.

Mais de 180 artigos

A falta de espírito democrático do Governo Ricardo Coutinho é tamanha que enviou Projeto de Lei com mais de 180 artigos em caráter de urgência à ALPB. O PL, que trata do Processo Administrativo Tributário, é uma matéria complexa, que pode afetar de forma significativa a relação entre Estado e contribuinte, por isso precisa ser analisado em todas as suas nuances pelos representantes do povo. O bom-senso precisa prevalecer, levando o assunto ao diálogo com a sociedade para discussão conjunta, tendo em vista a importância da matéria.

Denúncia no Ministério Público

O Ministério Público Estadual determinou que sejam apurados fatos denunciados pelo Sindifisco-PB em relação à anistia ilegal do Governo a multas aplicadas durante operação nacional conjunta com o Fisco, inclusive com a participação do Ministério Público.

A denúncia aponta improbidade administrativa do Governador ao anistiar, por meio de Decreto irregularidades cometidas por empresas usuárias de equipamentos emissor de Cupom Fiscal. As multas foram aplicadas a empresas que estavam com equipamentos não autorizados para emissão do cupom, conforme determina a legislação. Acredita-se que o Ministério Público vai apurar denúncia com rigor, obtendo respostas à renúncia fiscal de mais de R\$ 2 milhões ocorrida com a anistia das multas.

Insegurança política e jurídica na Paraíba

Reunidos em Seminário na sexta e sábado últimos (14 e 15), os filiados ao Sindifisco-PB e entidades convidadas avaliaram como preocupante a insegurança política e jurídica que vive atualmente o Estado. A palestra de abertura, com os jornalistas Gilvan Freire e Helder Moura, avaliou a conjuntura política que, para eles, sofre com os desmandos do Governo, que tenta subjugar os Poderes constituídos à sua vontade, inclusive o Legislativo.

Outra palestra de grande relevância foi a do advogado constitucionalista André Ramos Tavares (SP), que abordou a insegurança jurídica no Estado, sob o prisma dos graves problemas causados pelo desrespeito às leis e normas constitucionais. Nesse sentido, o Governador tem escolhido as leis que deseja cumprir, gerando instabilidade que afeta as relações do Estado com outros entes federativos e investidores que poderiam se instalar na Paraíba.

Gestão pública na pauta

O Debate com os prefeiteiros da capital será promovido nesta quinta-feira (20), às 20h, na Caixa Beneficente da Polícia Militar. O evento, a exemplo do que ocorreu em Campina Grande, vai discutir a Administração Pública sob a ótica da sociedade. Haverá transmissão do debate via internet, através dos endereços www.forumdosservidorespb.com.br/tv e www.sindifiscopb.org.br. A realização da atividade é do Fórum dos Servidores do Estado.

A força do povo

O povo mostrou sua força ao pressionar a Câmara de Vereadores a votar pela aprovação da construção de grande empreendimento comercial em Cabedelo. A decisão favorável foi tomada em nova sessão após votação contrária ao assunto ocorrida de modo arbitrário anteriormente na qual o item não constava na pauta da Câmara.

A população ficou à mercê de oito vereadores que foram eleitos para representar o povo, mas que não tiveram o mínimo compromisso com o mandato que receberam e votaram contra o crescimento, geração de empregos e renda para a cidade.

Aposentados

O Sindifisco-PB prossegue com as atividades de mobilização nesta semana, com reunião dos aposentados, nesta terça-feira (18), às 8h, na sede do Sindicato, quando serão avaliadas as lutas da categoria e repassados informes sobre ações judiciais e estratégias de mobilização contra os desmandos do Governo.

Escolher o certo

No dia 7 de outubro, serão escolhidos vereadores para representar o povo nas Câmaras Municipais em todo o Estado. O episódio em Cabedelo demonstra a necessidade de escolher bem os representantes políticos de forma consciente, para que não haja autoritarismo e falta de diálogo com a sociedade, que é verdadeiramente quem sofre as consequências, positivas ou negativas, do que é decidido pelo Poder Legislativo em suas esferas.

Uma má escolha pode ter consequências ruins por quatro anos para todos. Pense Nisso!